

Tecnologia de Informação e Comunicação na Gestão Pública nos Municípios do Sudoeste Goiano¹

Reuber da Cunha Luciano, Monica Franchi Carniello

Universidade de Taubaté², Brasil

reuber@fimes.edu.br, monicafcarniello@gmail.com

Resumo: O Brasil, em busca de consolidar o Estado democrático, instrumentalizou a união, os estados, os municípios e o distrito federal no que se refere à gestão pública transparente, ao iniciar, no ano 2000, a implantação do Governo Eletrônico. Essa implantação foi reforçada por regulamentações posteriores, dentre as quais a Lei nº 12.527/11, que obriga todos os órgãos públicos a fornecer aos cidadãos cópias de documentos administrativos e informações referentes aos atos de governo, de modo que a sociedade passa a ter possibilidade para acessar, conhecer e avaliar a gestão e o desempenho dos órgãos e dos agentes públicos e políticos. Nesse contexto, esse estudo tem como objetivo analisar como a gestão pública disponibiliza informações governamentais para os seus munícipes, que envolve os recursos de tecnologia

de informação e comunicação, gestão pública participativa, e desenvolvimento regional. A análise da gestão pública transparente restringe-se aos municípios situados na mesorregião do sul goiano, especificamente na microregião do sudoeste goiano, composta por 26 municípios. A pesquisa, quanto à sua natureza, caracteriza-se como exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa. A coleta de dados, realizada em documentos e sites oficiais dos municípios para posterior análise, está alinhada com as tecnologias de informação e comunicação existentes. Os resultados apresentados mostram que os portais analisados atendem parcialmente a legislação vigente, deixando de lado pontos que são considerados de fundamental importância para que se tenha uma gestão pública transparente, participativa e democrática.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Tecnologia de Informação e Comunicação. Gestão Pública. Governo Eletrônico.

1. Submetido a 15 de Outubro de 2014 e aprovado a 15 de Novembro de 2014.

2. Av. Mal. Deodoro, 605 - Jardim Santa Clara, Taubaté - SP, 12080-000, Brasil.

Information and Communication Technology in Public Management in Municipalities of Southwest Goiano

Abstract: The Brazil in search of increasingly consolidate the democratic state, instrumentalized the Union, the States, the Municipalities and the Federal District in regard to transparent public management, starting in 2000, the implementation of Electronic Government. This deployment was reinforced by later regulations, among which Law N°. 12.527 / 11, which requires all public agencies to provide citizens with copies of administrative documents and information relating to acts of government, so that the company shall be able to access, understand and evaluate the management and performance of agencies and public and political agents. In this context, this study aims to examine how public management provides government information to its citizens, which involves the resources

of information and communication technology, public management, and regional development. As regional and democratic development factor, analysis of transparent governance is restricted to municipalities in Goiás mesoregion south, specifically in micro region of southwestern Goiás, which consists of 26 municipalities. The research, as to its nature, it is characterized as exploratory / descriptive, qualitative approach. Data collection held in official documents and websites of municipalities for further analysis, is aligned with the existing information technologies and communication. The results show that the analyzed portals serve, in part, to vingente legislation, setting aside points that are considered crucial in order to have a transparent, participatory and democratic governance.

Keywords: Planning and Regional Development. Information Technology and Communication. Public Management. Electronic Government.

1. INTRODUÇÃO

COM o avanço tecnológico das mídias, torna-se comum as pessoas e as organizações governamentais e não governamentais possuírem equipamentos tecnológicos de última geração, fazerem uso de redes sociais para se comunicarem, efetuarem compras on-line e usufruírem de muitos outros serviços que os ambientes virtuais oferecem. Isso faz com que grande parte da

sociedade viva em um cenário altamente informatizado e se comunique em rede, o que mostra as novas possibilidades que as modernas tecnologias abrem para todos os segmentos da sociedade civil.

Para a administração pública, em específico, gera potencialmente novas oportunidades em todos os atos de governo, como disponibilização de informação, melhoria no fluxo e execução dos processos internos, relacionamento com fornecedores, e além de permitir a criação de um canal de comunicação e diálogo com os cidadãos.

Esse avanço tecnológico tem a sua consolidação na primeira década do século XXI, quando se torna mais acessível à população, haja vista a telecomunicação móvel e a capacidade da informática como instrumentos utilizados para descentralizar e difundir o poder da informação, concretizando as plataformas multimídia e transmídia e potencializando a comunicação interativa.

Para Sen (2000), uma das premissas para o desenvolvimento se dá por meio do acesso à informação, condição para o exercício de liberdade política e empoderamento. Nesse contexto, a gestão pública brasileira tem a responsabilidade de disponibilizar informações para a sociedade e, como meio facilitador deste processo, faz uso dos recursos oferecidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Atualmente, com a aprovação da Lei de Acesso à Informação, o gestor público tem o dever de deixar o mais transparente possível a sua gestão. Para atender a essa demanda, a comunicação on-line é um forte canal de comunicação do gestor público com os seus munícipes, em segmentos como a prestação de serviços, transparência das contas públicas, além da atração de turistas e investidores para a cidade.

Dado esse contexto, esse artigo tem como foco a análise dos sites oficiais dos municípios da microrregião do sudoeste goiano com relação aos atendimentos aos preceitos do Governo Eletrônico, bem como à aplicabilidade da transparência, garantida pela Lei de Acesso à Informação na gestão pública.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Comunicação e Desenvolvimento Regional

O conceito de desenvolvimento é historicamente recente, pois passou a ser discutido com maior visibilidade acadêmica a partir da década de 1950. Schramm (1970) alerta para o fato das questões sociais e humanas para o desenvolvimento, e relata que “se quisermos promover o desenvolvimento econômico, deverá haver uma transformação social, e, para que isso ocorra, deveremos mobilizar os recursos humanos, e os problemas difíceis de ordem humana deverão ser resolvidos”. (Schramm, 1970: 32).

Atualiza-se o pensamento de Schramm (1970) para o contexto midiático atual, caracterizado por Maia, Gomes e Marques (2011), como um conjunto de associações, grupos formais e informais, e redes sociais que existem na sociedade, fora do âmbito familiar e do Estado. Tais redes sociais foram potencializadas pelo desenvolvimento tecnológico das mídias, que culminou nas mídias digitais e seu potencial de interação, multimedialidade, e fluxos de comunicação de mão dupla.

Essa sociedade vive uma dinâmica caracterizada por uma constante transformação, nos processos, ao nível das dimensões sociais, territoriais, econômicas, culturais, ambientais e tecnológicas, e o intenso uso dos recursos disponibilizados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), conforme Castells (1999). Todas essas mudanças incidem diretamente na organização da sociedade, e, para Sen (2000), a disponibilização de informações é um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma nação.

O desenvolvimento deve, portanto, ser analisado de forma a garantir a individualidade, a liberdade de escolha, e ser entendido a partir de suas origens. Carniello e Santos (2011) citam que os estudos contemporâneos realizados sobre desenvolvimento indicam as práticas participativas como fatores constitutivos dos processos de desenvolvimento regional.

O acesso à informação é um elemento importante para estabelecer como ocorre o desenvolvimento de uma nação. Para tanto, faz-se necessário

estabelecer um elo com a comunicação, que se torna uma variável fundamental no estudo do desenvolvimento de uma nação. Nesse sentido, Schramm enfatiza que “[...] um dos primeiros sinais do desenvolvimento é a dilatação dos canais de comunicação.” (Schramm, 1970: 129).

O processo de redemocratização do Estado Brasileiro foi alavancado fortemente pela Constituição de 1988 estimulou a sociedade a pressionar a gestão pública à transparência das informações, que teve sua consolidação a partir da promulgação da Lei de Acesso à Informação.

As aplicabilidades dos recursos midiáticos, promovidos pelas TICs, estão contribuindo para ampliar e fortalecer a comunicação governamental com os municípios, o que tende a reduzir as distâncias entre a informação pública e os cidadãos, promovendo relações democráticas. Com a aprovação da Lei de Acesso à Informação, qualquer cidadão pode solicitar cópia de documentos ou informações de domínio de órgãos públicos e, também, ter acesso à gestão pública pelo acesso aos sites oficiais governamentais. Ainda que existe uma construção cultural para adaptação a esses preceitos, especialmente em relação à desconstrução do modelo burocrático da máquina pública característico do modelo brasileiro, possuir um marco legal de tal natureza é um avanço para que a comunicação governamental se consolide, também, como comunicação pública.

Para Sen (2000), o papel da liberdade se refere ao modo como os diferentes tipos de direitos e oportunidades passam a contribuir para o desenvolvimento da liberdade humana e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional de uma sociedade. Com relação às liberdades instrumentais, Sen (2000) destaca a garantia de transparência, referida pela necessária sinceridade que as pessoas devem esperar umas das outras – “[...] a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza [...]. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidoras da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas” (Sen, 2000: 56).

Nesse debate, fica claro que a aplicabilidade dos recursos midiáticos na comunicação governamental pode tornar-se em um ambiente pluralista de debates e opiniões por possuir diferentes participantes no processo: cidadãos e instituições governamentais. Esses participantes podem gerar e formular debates

que perpassam a questão local, com a possibilidade de repercussão regional, nacional e internacional.

O uso da infraestrutura e de recursos e serviços oferecidos pelas TICs são meios adequados para que a gestão pública possa disponibilizar informações para a população, o que é um aspecto fundamental da gestão participativa, embora o simples uso dos recursos oferecidos pelas TICs não é condição suficiente para a construção de uma gestão pública democrática. Trata-se apenas de um meio facilitador no processo de democratização local, regional e internacional da informação.

Com isso, tem-se um arcabouço de medidas que são fundamentais e necessárias para preparar os municípios e os cidadãos para os novos paradigmas da sociedade da informação e para o aprofundamento da democracia local. Haja vista que o processo de utilização das TICs é irreversível, de tal forma que só resta esperar que os recursos tecnológicos, agregados ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, tragam cada vez mais a participação e a interação entre cidadãos e governo.

2.2. Sociedade em Rede e e-Democracia

Na sociedade contemporânea Castells (2000) define esse novo cenário como o da sociedade em rede, ou, também, a chamada sociedade da informação, na qual os recursos midiáticos passam a ter nova configuração: a comunicação acontece de forma on-line por meio da rede mundial de computadores denominada Internet.

Para Castells (2000), a sociedade em rede caracteriza-se pela predominância da estrutura organizacional da rede em todos os segmentos da vida social. Os grupos sociais adaptam-se cada vez mais às novas condições da sociedade da informação, utilizando os novos segmentos abertos pela globalização, bem como o acesso às novas formas de comunicação e informação que são disponibilizadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação. Ainda conforme Castells (2000), “As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de maneira substancial a operação e os

resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (Castells, 2000: 497).

Com as transformações tecnológicas e suas relações para com a sociedade e para a economia, esse novo paradigma apresenta as seguintes características: a informação é sua matéria-prima; alta penetrabilidade das novas tecnologias; lógica de redes; flexibilidade dos processos; e alto grau de convergência tecnológica (Castells, 2000). Diante desse novo paradigma, as tecnologias desenvolvem-se cada vez mais e passam a ser partes integrantes da sociedade, seja no individual ou no coletivo, e ainda permitem que as pessoas passem a atuar diretamente sobre as informações, que passam a ser parte integrante da sociedade. Com isso tem-se a flexibilidade dos processos, e a complexidade pode ser minimizada e reconfigurada a qualquer momento, fazendo com que as diversas áreas do conhecimento tornem-se interligadas.

Assim, percebe-se o quanto é importante os avanços tecnológicos, em especial a internet, por disponibilizar vários tipos de serviços para a sociedade, de tal forma que as dimensões de espaço e tempo sofreram mudanças profundas, alargando as fronteiras para uma dimensão global. Atualmente as informações são transmitidas on-line, estabelecendo contatos em tempo real, independentemente da distância espacial onde se encontram os atores envolvidos no processo de comunicação. A consolidação da sociedade em rede, com a utilização das TICs, passa a compor um novo modelo para a gestão pública..

Nesse cenário, a sociedade usa cada vez mais os recursos e serviços oferecidos pelas TICs, o que pode ser claramente observado pelo uso da computação em nuvem, a Web 2.0, e a disseminação dos dispositivos móveis. As TICs têm, portanto, um papel determinante na transformação da sociedade, pois os recursos das novas tecnologias potencializam o acesso e a disponibilização da informação.

Sen (2000) aponta que o desenvolvimento de uma nação está condicionado ao fato de a sociedade ter acesso a informação. No processo de redemocratização do Estado brasileiro, a Constituição de 1988 tratou desse assunto em seus artigos 5º, inciso XIV e XXXIII, Art. 37, § 3º, inciso II e no Art. 216, § 2º.

A sociedade passou, então, a ter o direito de acesso a todas as informações que, via de regra, eram sigilosas, e a administração pública é a responsável

pela gestão da documentação governamental, bem como pela formas cabíveis de franqueá-la à sociedade, que proporciona a gestão pública participativa. A participação pode ser alcançada pela organização dos sites oficiais desses órgãos, bem como a disponibilização de recursos tecnológicos adequados para a constituição das sociedades em rede. Em consequência, faz com que a sociedade tenha acesso à informação, contribuindo, assim, de forma sistemática, para o desenvolvimento regional.

Como já anunciado por Castells (2000) e relatado por Gomes e Maia (2008), as redes digitais permitem a interação para a troca de informações e o compartilhamento de interesses comuns, tanto em escala local quanto global, tendo como meio facilitador a estrutura computacional oferecida pela Internet.

Para Habermas (1995 e 1997), a democracia, na sua forma mais pluralista, depende de um lado da institucionalização dos processos e condições necessárias para o estabelecimento da comunicação e, de outro lado, da interpenetração entre os processos decisórios institucionalizados e a opinião pública.

Em termos estruturais a Internet produz um cyberspaço, que oferece alta potencialidade para o estabelecimento da comunicação. Para Gomes e Maia (2008), o fortalecimento da democracia está vinculado não apenas ao acesso às TICs, mas também ao interesse e à motivação para a participação política do cidadão.

Na cyberdemocracia, ou democracia digital, ou e-Democracia os dispositivos das TICs, interativos e funcionais, têm sido notados como meios facilitadores para fortalecer o processo democrático de uma nação. As redes digitais oferecem um meio de comunicação com potencialidade de interação elevada em relação aos veículos de comunicação tradicionais.

Para fortalecer a e-Democracia, além das estruturas comunicacionais faz-se necessárias, estar presentes, a motivação, o interesse e a disponibilidade dos cidadãos para engajar nos debates políticos, promovendo uma maior participação política, e as TICs são instrumentos que estão à disposição da sociedade civil e do Estado com várias possibilidades de interação, desde que as sociedades consigam retirar dela tudo o que é de vantajoso, tudo que a e-Democracia pode oferecer.

2.3. Governo Eletrônico no Brasil e no Mundo

Em razão do grande avanço das TICs, das transformações econômicas, políticas e sociais que o mundo globalizado passa constantemente, faz-se necessário pensar e inovar novos modelos de gestão pública, atrelados como novos mecanismos, ferramentas, procedimentos e processos capazes de proporcionar condições favoráveis para a governança eletrônica, proporcionando uma melhor relação entre sociedade civil e as autoridades políticas, gerando uma alta complexidade das relações sociais, que se traduzem em demandas por serviços públicos em maior quantidade e com melhor qualidade.

Para atender à demanda, a Internet e a comunicação midiática representam um forte canal de comunicação do gestor público para com os seus munícipes, em segmentos como a prestação de serviços, transparência das contas públicas, e como atração de turistas e investidores para a cidade. A comunicação é um processo-chave em qualquer organização, seja ela governamental, empresarial ou social.

A internet a ser utilizada pelo Estado, por meio dos portais oficiais, passa a ser elemento fundamental na divulgação de informações governamentais para a sociedade civil. Conforme Maia, Gomes e Marques (2011), na democracia moderna as redes digitais proporcionam mecanismos capazes de influir o aumento da participação política do cidadão, tornam o Estado mais transparente, fortalecem os processos de accountability e geram um ambiente propício para deliberações públicas.

No ranking de governo eletrônico, o Brasil ocupa a 59ª posição de 193 países avaliados no ranking 2012 da Organização das Nações Unidas (ONU), após subir duas posições em relação ao mesmo ranking realizado no ano de 2010 (UNPAN, 2014).

Outra pesquisa, conduzida pela Waseda University em parceria com a International Academy of CIO, divulgou em 25 de março de 2013 o ranking de governo eletrônico de 55 países, em que o Brasil ocupa a 33ª posição.

O Governo Eletrônico brasileiro tem como princípio a utilização das TICs como instrumento para o processo de democratização do acesso à informação; ampliar debates; e dinamizar a prestação de serviços públicos à sociedade civil,

com foco na efetividade dos processos governamentais. Obedece a um conjunto de normas, atuando em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da gestão interna; e na integração com parceiros e fornecedores, e fundamenta-se na transformação das relações do Governo para com a sociedade civil (Gov.br, 2014). A vontade, por sua vez, é expressa pelo desejo e pelo compromisso do governo de prover informação e conhecimento de modo a empoderar os cidadãos, fato que permite uma participação da sociedade nos atos governamentais.

Em conformidade com as duas pesquisas apresentadas, para atender às necessidades propostas para o Governo Eletrônico Brasileiro, Gov.br (2014), faz-se necessário estabelecer a presença da interoperabilidade entre todos os elementos que fazem parte do sistema.

3. MÉTODO

Nesse estudo optou-se pela pesquisa de caráter exploratório/descritivo, de abordagem qualitativa, com coleta de dados bibliográfica, documental e com consultas de documentos em sites oficiais governamentais. O universo de estudo dessa pesquisa são os 26 municípios que integram a microrregião do sudoeste goiano, de acordo com o IBGE (2012). Todos os 26 municípios fizeram parte da amostra.

Para alcançar os objetivos deste estudo foi conduzida uma pesquisa de delineamento documental, com base nos padrões web, em governo eletrônico. Os critérios de análise foram delimitados pelos autores a partir dos conceitos de governo eletrônico, pautados nos pilares: estrutura (navegabilidade); transparência; e participação.

A coleta de dados foi realizada a partir de uma navegação orientada, com registro de dados em formulário de registro de dados, totalizando 38 critérios de análise, aplicados em cada site oficial dos municípios da região do sudoeste goiano.

Para realizar o estudo comparativo entre os portais dos municípios analisados foi adotada uma planilha eletrônica, alimentada com o seguinte sistema de

pontuação: para cada critério encontrado foi atribuído um ponto para o requisito na devida dimensão e os resultados foram organizados em gráficos comparativos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O uso da infraestrutura, recursos e serviços oferecidos pelas TICs é um meio adequado para que a gestão pública municipal possa disponibilizar informações para a população, que é um aspecto fundamental da gestão participativa. Esse aspecto é relevante no estudo, por apontar uma ação estratégica dos governos com relação ao que se tem estabelecido nos preceitos do Governo Eletrônico Brasileiro e na legislação. Ressalta-se que os critérios selecionados condizem com a legislação vigente no Brasil, bem como com as possibilidades tecnológicas existentes.

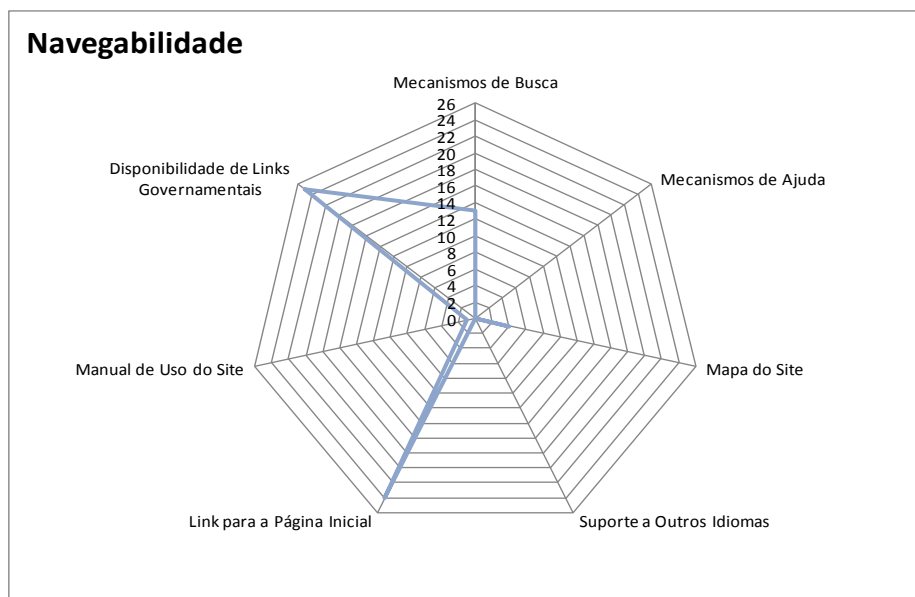


Gráfico 1: Análise Comparativa Navegabilidade – Critérios. Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

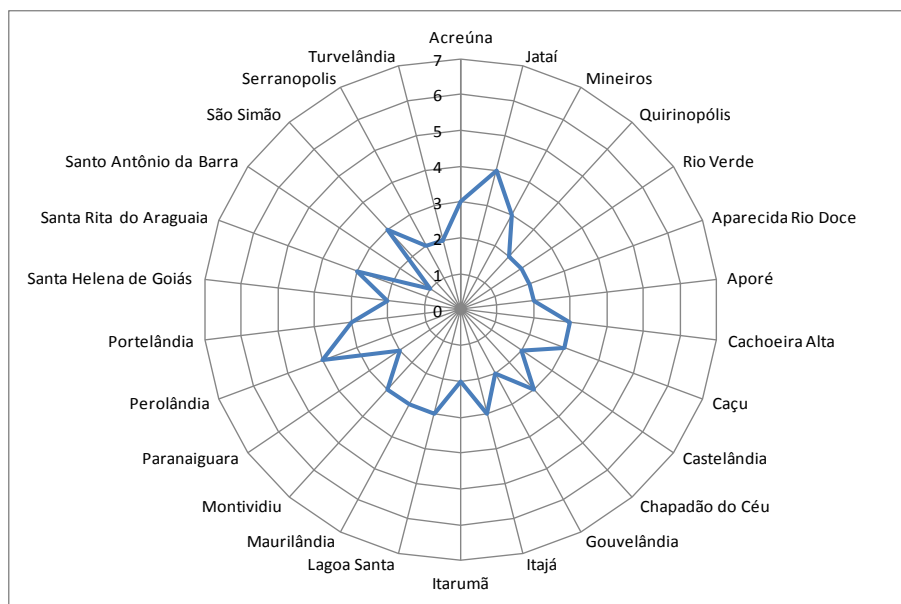


Gráfico 2: Análise Comparativa Navegabilidade – Municípios . Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Gráfico 1 representa a análise quantitativa da dimensão navegabilidade, a qual engloba os requisitos de publicidade. O Gráfico indica a quantidade de cada critério nos sites analisados.

Nos 26 sites oficiais dos municípios analisados, 25 deles disponibilizam em seus portais *links* para outros portais governamentais, 24 apresentam na estrutura do portal a opção de retornar a página inicial e 13 apresentam mecanismos de busca, de forma padronizada, ou seja, localizados no canto superior direito da página.

Por outro lado, nenhum deles disponibiliza mecanismos de ajuda e suporte a outros idiomas, o que pode comprometer a comunicação do município com investidores e turistas de outras nacionalidades. Por fim, quatro portais disponibilizam o mapa do site e um apresenta também o manual.

O Gráfico 2 mostra o número total de critérios verificados pelos sites analisados. Este número oscila entre um e quatro, no intervalo de zero a sete,

e a maioria apresenta dois ou três critérios. Os sites dos municípios de Jataí e Perolândia apresentam quatro critérios.

Dessa forma, pode-se traçar um panorama comparativo entre as políticas digitais adotadas pelos Municípios, cujos portais, em números absolutos apresentam configurações semelhantes. Em linhas gerais, a interface digital dos municípios, por meio dos seus sites na internet, busca produzir *outputs* de informação pública com o objetivo de facilitar o processo de comunicação com seus cidadãos.

Os critérios adotados na dimensão navegabilidade tem por objetivo dar visibilidade às informações presentes nos sites. Apresentam a função de facilitadores na localização das informações, atendendo as especificidades referentes à Lei de Acesso à Informação e tornando a gestão pública municipal mais transparente, elementos fundamentais para o desenvolvimento regional.

Os critérios agrupados no nível utilitário de publicidade na dimensão navegabilidade, de acordo com Silva (2009), proporcionam uma interface visível e transparente, dando publicidade aos atos de governo. Já os critérios do nível instrutivo de publicidade fundamentam-se em relações de esclarecimento da estrutura institucional e funcional do Município, tornando-a mais inteligível para o cidadão.

A implementação de estratégias digitais referentes à navegabilidade, por parte dos governos dos municípios da Região do Sudoeste Goiano, ainda tem campo para melhorias.

Informações Governamentais

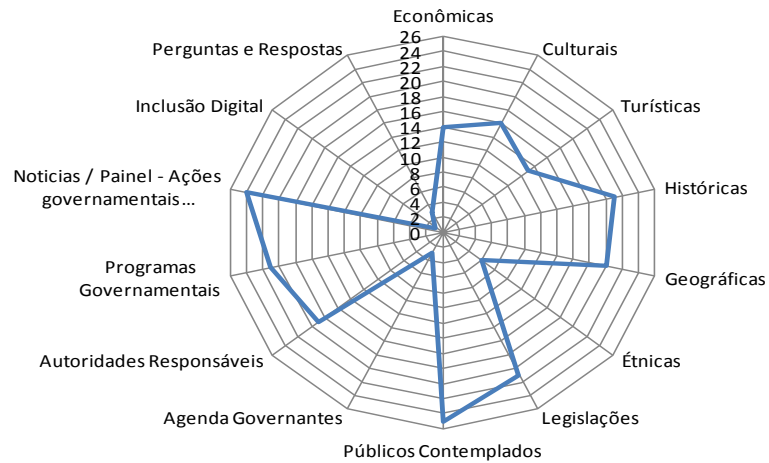


Gráfico 3: Análise Comparativa Informações Governamentais – Critérios.
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

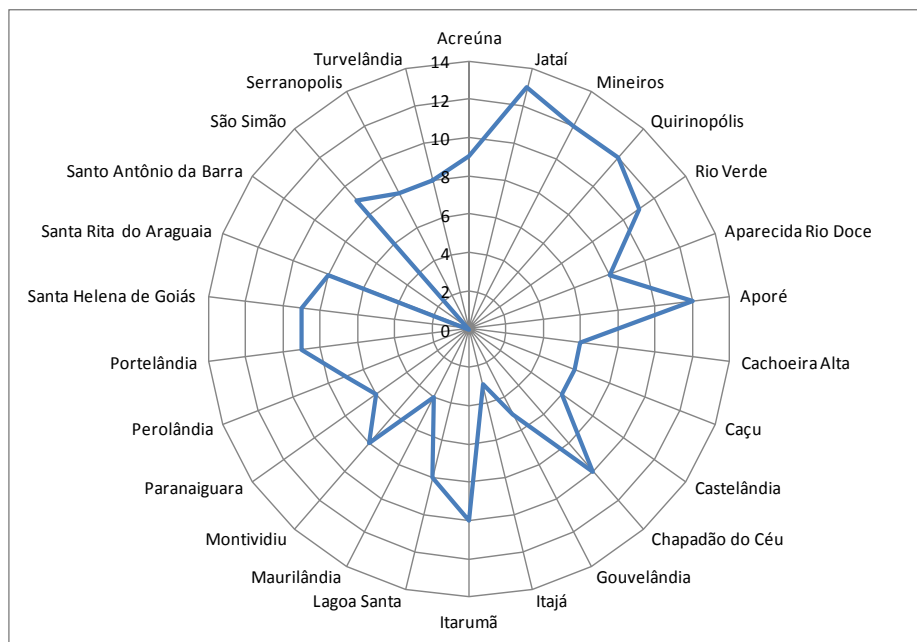


Gráfico 4: Análise Comparativa Informações Governamentais – Municípios.
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Gráfico 3 representa a análise quantitativa da dimensão informações governamentais, que engloba os requisitos de publicidade em seus níveis de comunicação - informativo, instrutivo e argumentativo. Esse gráfico indica o número de vezes que cada critério apareceu, nessa dimensão, nos sites governamentais.

Dentre os 26 sites oficiais dos municípios analisados, 25 deles disponibilizam em seus portais links que atendem públicos distintos - munícipes, servidores públicos, turistas e empresas - 24 apresentam notícias referentes às ações governamentais, 21 oferecem acesso aos programas de governo, informações históricas, e legislações. Os demais critérios aparecem em menor proporção, porém merecem destaque a Agenda dos Governantes e Perguntas e Respostas, com três ocorrências cada; e o critério de Inclusão Digital que aparece apenas uma única vez.

O Gráfico 4 traz o número total de critérios verificados pelos sites analisados. Este número varia de zero a 13, para o intervalo de zero a 14, sendo que 17 sites apresentam mais do que oito critérios. O site com maior representatividade é o do município de Jataí, com 13 critérios encontrados, e o de menor representatividade é o de Santo Antônio da Barra, pois o município não apresenta um portal oficial no domínio .go.gov.br, fato já citado em análises anteriores.

Os critérios adotados na dimensão informações governamentais proporcionam a interação com públicos distintos, mostrando o reconhecimento da diversidade dos atores sociais; facilitam o processo de comunicação e ampliam o diálogo entre municípios e governo; promovem indicadores de gestão democrática; e fortalecem a transparência dos atos de governo da gestão pública municipal.

Os critérios agrupados no nível informativo de publicidade, nessa dimensão, proporcionam uma comunicação a nível informativo, informando ao cidadão as ações e atividades do governo municipal.

As relações de transparência do município revelam-se por meio de um processo de comunicação on-line sustentada por informações mais densas, que de acordo com suas conotações podem gerar um discurso não inteligível para o cidadão comum.

Serviços

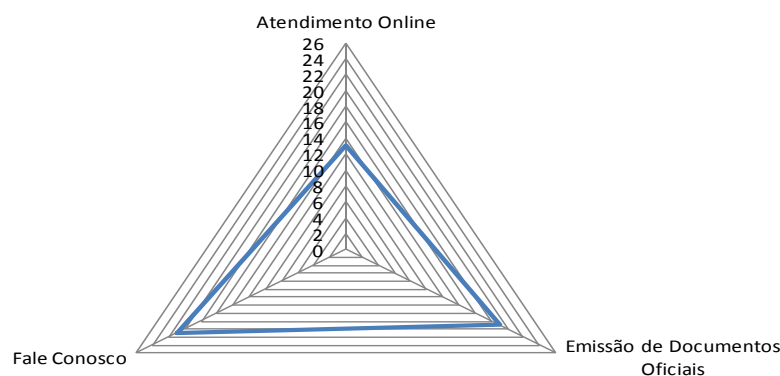


Gráfico 5: Análise Comparativa Serviços – Critérios. Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

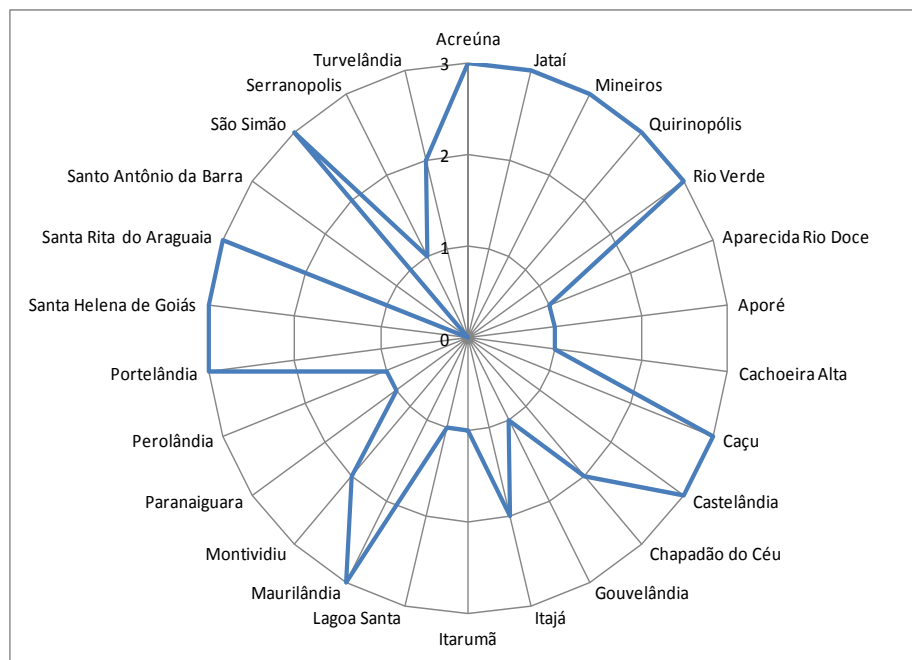


Gráfico 6: Análise Comparativa Serviços – Municípios . Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Gráfico 5 representa a análise quantitativa da dimensão Serviços, que engloba os requisitos de responsividade nos níveis de comunicação instrutivo e utilitário.

Dos 26 sites oficiais dos municípios analisados, 13 deles apresentam em seus portais atendimento on-line, 19 disponibilizam emissão de documentos oficiais e 21 mantêm em seus portais a opção do Fale Conosco.

O Gráfico 6 mostra o número total de critérios verificados nos sites analisados. Esse número varia de zero a três, para o intervalo de zero a três. Dentre os 26 sites 12 apresentam os três critérios; quatro sites apresentam dois critérios; nove sites apresentam um critério; e apenas o município de Santo Antonio da Barra não disponibiliza nenhum critério, conforme justificativa já mencionada.

Nessa dimensão a oferta de serviços on-line facilita o acesso às informações, e de acordo com as liberdades instrumentais, apontadas por

Sen (2000), promove o desenvolvimento, além de atender as prerrogativas de governo eletrônico vigentes no Brasil.

O critério agrupado no nível utilitário apresenta uma resposta por parte do município. A manutenção desse serviço se justifica, pois se o município não responde às demandas utilitárias dos municípios, sob a forma de serviços, torna-se incompleto e ineficiente, ficando suscetível a críticas e ao descontentamento.

O critério do nível informativo faz com que a comunicação política do município se torne mais acessível ao cidadão por meio de uma relação fundamentada no ato de informar.

A maioria dos sites analisados apresenta semelhanças nos critérios da dimensão serviços, que proporciona recursos necessários para o acesso à informação. Os municípios ainda carecem de melhorias em seus layouts para dinamizar a interação entre governo e sociedade e, também, faz-se necessário que os municípios elaborem, para os seus sites, estratégias digitais com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços disponibilizados à sociedade.

Controle Público



Gráfico 7: Análise Comparativa Controle Público – Critérios . Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

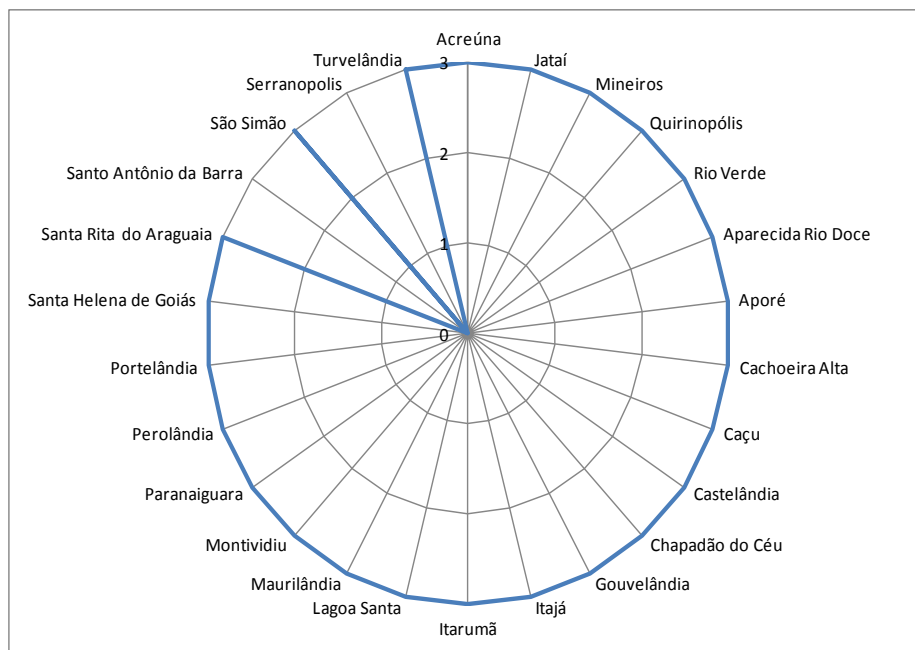


Gráfico 8: Análise Comparativa Controle Público – Municípios. Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Gráfico 7 representa a análise quantitativa da dimensão Controle Público, que engloba os requisitos de publicidade em seu nível de comunicação argumentativa (SILVA, 2009). A primeira parte do Gráfico indica quantas vezes cada critério apareceu nos sites analisados nessa dimensão.

Dos 26 sites oficiais dos municípios analisados, 24 deles disponibilizam em seus portais os critérios referentes à arrecadação, à aplicação financeira dos recursos, e aos gastos públicos.

O Gráfico 8 mostra o número total de critérios verificados nos sites analisados. Esse número varia de zero a três, para o intervalo de zero a três, e 24 sites apresentam os três critérios. Apenas os municípios de Santo Antônio da Barra e Serranópolis não disponibilizam nenhum dos critérios analisados. Os dois Municípios não apresentam o domínio governamental.go.gov.br.

Os mesmos parâmetros da dimensão Serviços são seguidos na dimensão Controle Público. A disponibilização de informações referentes às contas públicas municipais tem relação direta com a transparência. Dessa forma, o acesso às informações, de acordo com as liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000), promove o desenvolvimento, além de atender as prerrogativas legais de governo eletrônico vigentes no Brasil.

Nessa dimensão os municípios se equiparam em todos os critérios, exceto Santo Antônio da Barra e Serranópolis. Em uma interpretação simplista, isso pode ser resultado de os critérios estarem pautados como itens obrigatórios da legislação e da Lei de Acesso à Informação.

A análise dessa dimensão apontou os seguintes problemas de acesso às informações:

- alguns sites apresentaram demora no carregamento de dados no portal;
- é necessária a autenticação do usuário para acesso aos dados, com usuário e senha. Apesar de ser um mecanismo de segurança adotado pelo site, pode dificultar a navegabilidade do cidadão;
- excesso de links para chegar a uma determinada informação;
- arquivo de dados não cadastrado ou desatualizado; e
- links quebrados, ou páginas em construção, ou dado/indicador inexistente.

Esses problemas indicam que a implementação de estratégias digitais referentes ao controle público, por parte dos governos dos municípios da região do sudoeste goiano, ainda tem campo para melhorias.

Participação

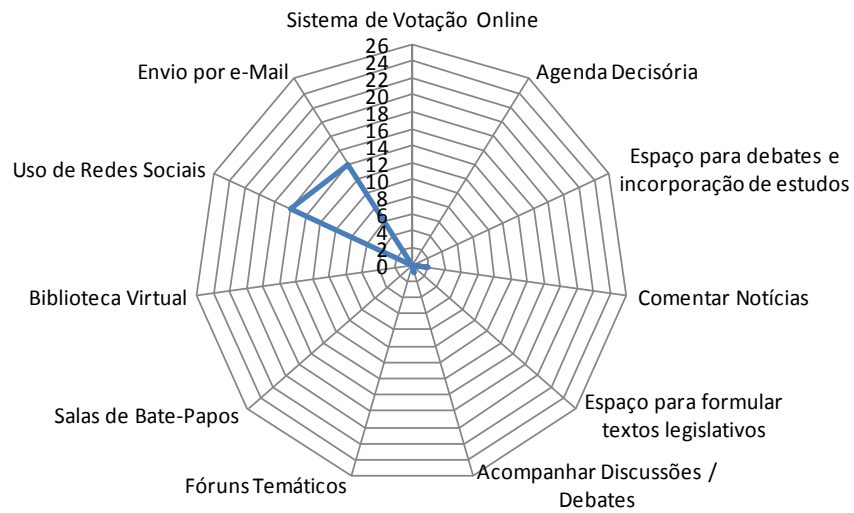


Gráfico 9: Análise Comparativa Participação – Critérios. Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

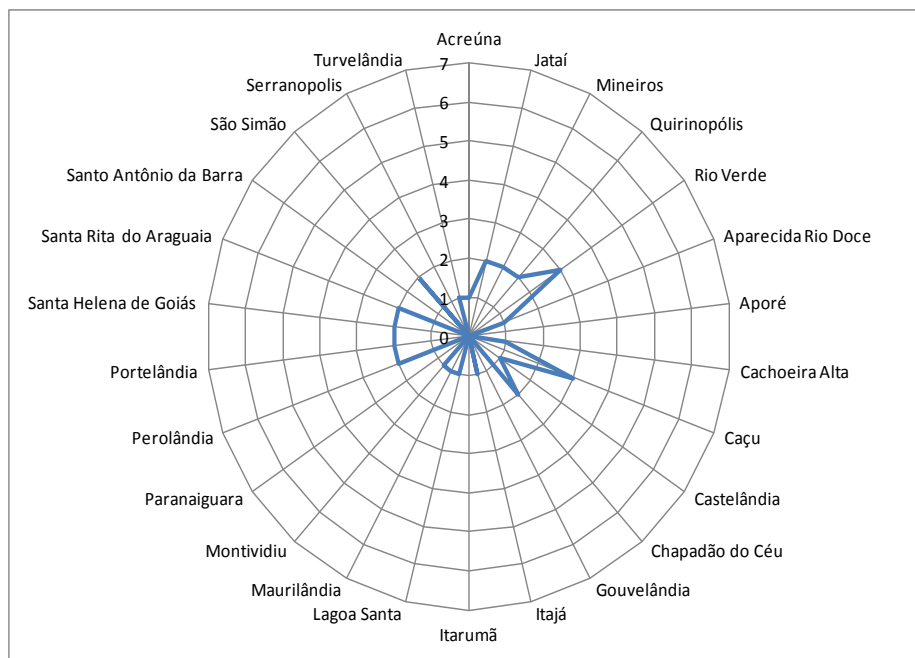


Gráfico 10: Análise Comparativa Participação – Municípios. Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Gráfico 9 representa a análise quantitativa da dimensão participação. A primeira parte do Gráfico indica a quantidade de cada critério nos sites analisados na dimensão Participação. A análise dos 26 sites oficiais dos municípios revelou que 16 deles utilizam em seus portais as redes sociais - facebook, twitter, youtube, e google+; 14 disponibilizam a opção para o critério envio por e-mail; dois disponibilizam link para comentar notícias, e apenas um site apresenta espaço para acompanhar discussões e debates.

Não foram contemplados em nenhum dos sites analisados os critérios seguintes: sistema de votação on-line; agenda decisória; espaço para debates e incorporação de estudos; espaço para formular textos legislativos; fóruns temáticos; sala de bate-papo; e biblioteca virtual.

O Gráfico 10 mostra o número total de critérios verificados nos sites analisados. Esse número varia de zero a três, para o intervalo de zero a sete, e

apenas os sites dos municípios de Caçu e Rio Verde apresentam três critérios. Os demais estão entre zero e dois, com predominância do critério Uso de Redes Sociais.

A dimensão Participação promove a divulgação de instrumentos institucionalizados de participação popular na gestão pública municipal, que visam subsidiar os anseios da sociedade e promover uma interação com públicos distintos que concretizam o diálogo equitativo entre o governo municipal e os munícipes. Esse canal de comunicação permite captar as demandas e os posicionamentos da sociedade e transformá-los em decisões políticas.

A interação entre o governo municipal e cidadão, no quesito Participação, ocorre de forma incipiente. Os sites analisados apresentam pouca ou nenhuma interação de diálogo com a sociedade, o que mostra a presença de indicadores de gestão democrática, mas que precisam ser melhorados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados mostram que os governos municipais implementam estratégias digitais para disponibilizar informações para a sociedade, fazendo uso dos recursos oferecidos pela TICs, mas ainda há uma deficiência em relação aos recursos necessários para o acesso à informação. A deficiência compreende os aspectos qualitativos e quantitativos da informação, bem como a acessibilidade e inteligibilidade.

A análise comparativa dos portais das prefeituras dos municípios do sudoeste goiano destaca que eles apresentam muitos pontos em comum em relação ao que determina a legislação e os padrões adotados pelo Governo Eletrônico Brasileiro. Há, também, pontos básicos que precisam ser melhorados em todos os portais, para facilitar a interação do cidadão com o ambiente virtual disponibilizado pelos sites oficiais das prefeituras.

Cabe ainda mencionar que mesmo com realização de melhorias, na tentativa de eliminar as deficiências, são necessárias políticas de inclusão digital, pois mesmo com toda a tecnologia existente grande parte da população brasileira não tem a capacitação necessária para manipular todos os recursos disponíveis

oferecidos pelas TICs. O domínio dessa tecnologia e conseqüente inclusão digital fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos.

O processo de utilização das TICs é irreversível, de tal forma que só resta esperar que esses recursos tecnológicos, agregados ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, tragam cada vez mais a participação e a interação entre cidadãos e governo, o que pode ocorrer com a comunicação política do Estado nos sites governamentais.

É preciso, portanto, direcionar esforços para a construção de sites governamentais com layouts que possibilitem o acesso à informação de forma amigável para qualquer cidadão. A comunicação do Estado, alinhada às novas tecnologias de informação e comunicação, pode propiciar maior participação política entre a esfera governamental e a esfera civil.

6. REFERÊNCIAS

- Carniello, M. F. Santos, M. J. (2011) Predisposição para Formação de Capital Social entre Comerciantes dos Corredores Comerciais da Região Central do Município de São José dos Campos–SP. *Revista Desenvolvimento em Questão*, ano 9, n. 18, jul./dez., p. 169-195.
- Castells, Manuel. (2000) *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. In: *A Sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra.
- Gomes, Wilson; Maia, Rousiley C. M.(2008). *Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectivas*. São Paulo: Paulus - (Coleção Comunicação).
- Gov.br. Portal. (2014) *Governo Eletrônico*. Disponível em <<http://www.governoeletronico.gov.br/>> Acesso em: 01 de Fev. de 2014.
- Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia - entre facticidade e validade*. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro.

Habermas, J. (1995). Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, São Paulo, v.36, 1, p. 39-53.

Ibge - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (2012). Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 14 set. 2012.

Maia, Rousiley C.M.; Gomes, Wilson; Marques, Francisco P.J.A. (2011) Internet e Participação Política no Brasil (org). Porto Alegre: Sulina.

Marconi, M. A. E Lakatos, E. M.(2009) Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Schramm, W. (1970) Comunicação de massa e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Bloch.

Sen, A.(2000) Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, S.P.(2009). Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. Salvador.

UNPAN. Un Public Administration Programme. Disponível em <<http://unpan3.un.org/egovkb/>>. Acesso em: 10 de Fev.de 2014.

┌

|

└

—

—

└

|

┌